

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RENATA SANTOS BOURSCHEIDT

**OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO
DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

**Porto Alegre
2023/1**

RENATA SANTOS BOURSCHEIDT

**OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO
DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientadora:

Prof. Dra. Graciele Marjana Kraemer

Porto Alegre

2023/1

CIP - Catalogação na Publicação

BOURSCHEIDT, RENATA SANTOS

Os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento de alunos com deficiência / RENATA SANTOS BOURSCHEIDT. -- 2023.

56 f.

Orientadora: Graciele Marjana Kraemer.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre,
BR-RS, 2023.

1. Ensino remoto emergencial. 2. Alunos com
deficiência. 3. Inclusão. I. Kraemer, Graciele
Marjana, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Renata Santos Bourscheidt

**OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO DESENVOLVIMENTO
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Profa. Graciele Marjana Kraemer - Orientadora

Profa. Liliane Ferrari Giordani (FACED/UFRGS)

Profa. Luciane Bresciani Lopes (FACED/UFRGS)

Porto Alegre

2023/1

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao espaço da Universidade Pública que me acolheu e acolhe tantos outros estudantes que nunca desistiram e acreditam em uma educação igualitária, gratuita e de qualidade.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram em todas as minhas escolhas e estiveram presentes nas etapas importantes da minha vida.

Agradeço em especial ao meu pai por ter depositado em mim a sua confiança, amor, acreditando incondicionalmente nas minhas escolhas. Por ser o maior apoiador e incentivador dos meus sonhos e me mostrar que o caminho da educação e do conhecimento é a maior riqueza que alguém pode ter na vida, algo que ninguém é capaz de nos tirar.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra Graciele Marjana Kraemer por ter sido minha conselheira, amiga e uma grande inspiração na área da Educação Especial.

Agradeço aos meus amigos que, muitas vezes, tiveram que lidar com as minhas reclamações, cansaços e até ausências em momentos especiais durante a realização da minha pesquisa.

Também gostaria de deixar o meu agradecimento aos educadores, que de alguma forma, colaboraram com a minha pesquisa durante esse tempo de estudos.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.”

Paulo Freire.

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender os desafios do ensino remoto emergencial (ERE) no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: quais os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência? A partir do problema desenvolve-se o seguinte objetivo geral, analisar e compreender os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Para dar conta do objetivo geral, foram organizados os seguintes objetivos específicos: Analisar a constituição do ensino remoto emergencial na educação de alunos com deficiência; Discutir com as professoras os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Enquanto desenvolvimento metodológico, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, tomando como instrumento de pesquisa uma entrevista semi-estruturada. Participaram da pesquisa, quatro professoras, do gênero feminino, que atuam no Ensino Fundamental em uma Escola Especial da rede Municipal de ensino no município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Trata-se de docentes que atuaram na educação de alunos com deficiência durante o período do Ensino Remoto Emergencial. Observou-se que a forma como cada uma das docentes desenvolveu o processo de ensino esteve articulado à família do/a estudante em um processo mediado, considerando-se as especificidades do contexto de isolamento social. Para a manutenção do vínculo escolar e a promoção do desenvolvimento dos estudantes, as docentes destacam o uso de recursos tecnológicos e seu devido manuseio na proposição de atividades de interação e de desenvolvimento cognitivo. Com o ensino remoto emergencial, as professoras tiveram que se reinventar, considerando as demandas do cotidiano. Destaca-se neste processo, a ênfase na manutenção vínculo pedagógico com os alunos enquanto diferencial do planejamento da prática docente para propiciar um ambiente acolhedor, onde os alunos se sentissem respeitados, valorizados e seguros, diante das incertezas do contexto sanitário.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial; Alunos com deficiência; Inclusão.

ABSTRACT

This research aimed to comprehend the effects of Emergency Remote Teaching (ERT) on the development of students with disabilities. The research is based on the following research problem: What are the effects of Emergency Remote Teaching on the development of students with disabilities? From this problem, the following general objective was formulated: To analyze and understand the effects of Emergency Remote Teaching on the development of students with disabilities. In order to address the general objective, the following specific objectives were organized: To analyze the establishment of Emergency Remote Teaching in the education of students with disabilities; To discuss with teachers the effects of Emergency Remote Teaching on the development of students with disabilities. For the methodological approach, a qualitative study was conducted, utilizing a semi-structured interview as the research instrument. The study included four female teachers working in Elementary School at a Special School within the Municipal education network in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. These educators were involved in educating students with disabilities during the period of Emergency Remote Teaching. It was observed that the way each teacher managed the teaching process was intertwined with the student's family in a mediated process, considering the specificities of the social isolation context. To achieve this, the teachers emphasized the use of technological resources and their proper handling in proposing interactive and cognitive development activities. With Emergency Remote Teaching, the teachers had to reinvent themselves and cope with the demands of daily life. Maintaining a pedagogical bond with the students was the differentiating factor for the teachers in creating a nurturing environment where the students felt respected, valued, and secure.

Keywords: Emergency Remote Teaching; Students with Disabilities; Inclusion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade e tempo de atuação na Educação Especial das discentes entrevistadas	26
Tabela 2 - Formação das docentes entrevistadas.....	26

LISTA DE SIGLAS

LDB - Lei de diretrizes e bases

ERE - Ensino Remoto Emergencial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SMED - Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

AVD'S - Atividade de vida diárias

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dados de Escolas Municipais de Educação Especial Fundamental do Município de Porto Alegre	21
Figura 2 - Dados do censo de 2022	21

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3. METODOLOGIA.....	23
3.1. Sujeitos da Pesquisa e Espaços.....	25
4. AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL.....	29
4.1. O acompanhamento do desenvolvimento de aprendizagem dos alunos com deficiência durante o Ensino Remoto Emergencial.....	34
4.2. A docência no contexto da pandemia a partir da experiência pedagógica....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE.....	47

1. INTRODUÇÃO

No decurso das últimas décadas, a Educação Especial vem ampliando seu espaço de interlocução na sociedade em razão das Políticas da Educação. Sujeitos com alguma marca física ou intelectual, que não eram inseridos no meio educacional, em nosso presente, além de terem efetivado o direito à educação, passam a frequentar escolas da rede pública de ensino. Trata-se da afirmação cidadã daqueles que historicamente são marcados por processos de discriminação negativa, nas práticas sociais e nas políticas educacionais brasileiras.

Assim, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Especial constitui-se enquanto “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996, Art. 58º). Em 2015 foi instituída a Lei nº 13.146 que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão - o Estatuto da pessoa com deficiência, assegurando e promovendo, “em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, Art.1º). Na referida Lei é destacado que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação (BRASIL, 2015).

Considerando esses princípios legais, tem-se afirmado direitos sociais fundamentais, dentre eles, a educação de pessoas com deficiência, a partir de um movimento internacional que busca efetivar a constituição cidadã a todos os sujeitos. Trata-se de uma mobilização ampla que, entre outros aspectos, assenta-se em uma perspectiva de justiça social. A justiça social é fundamental para garantir que todos os sujeitos tenham as mesmas possibilidades dentro da sociedade e busca diminuir a desigualdade promovendo a inclusão de grupos minoritários, construindo uma sociedade em que todos possam desfrutar de dignidade e liberdade visando oportunidades igualitárias. Segundo Fraser (2002):

A abordagem que proponho requer que se olhe para a justiça de modo bifocal, usando duas lentes diferentes simultaneamente. Vista por uma das lentes, a justiça é uma questão de distribuição justa; vista pela outra, é uma questão de reconhecimento recíproco. Cada uma das lentes foca um aspecto importante da justiça social, mas nenhuma por si só basta. A compreensão plena só se torna possível quando se sobrepõem as duas lentes. Quando tal acontece, a justiça surge como um conceito que liga

duas dimensões do ordenamento social – a dimensão da distribuição e a dimensão do reconhecimento (FRASER, 2002, p. 11).

Em vista deste organograma da justiça social, durante minha formação no curso de Pedagogia, tive vivências em disciplinas que contemplam a temática da Educação Especial e da política de inclusão escolar. Entre essas disciplinas, destaco o Estágio de Docência I, que foi realizado no campo da Educação Especial, em uma escola especial da rede municipal de educação de Porto Alegre no ano de 2021. Naquele ano, o mundo estava passando por um momento muito específico, a Pandemia de Covid-19.

A Covid-19, causada pelo vírus SARS-Cov-2 — transmitida de forma rápida pela boca ou nariz — a partir de pequenas partículas líquidas, acabou tomando uma proporção de pandemia mundial e instituiu a necessidade de restrição de contatos sociais por aproximadamente dois anos. A pandemia, sem dúvidas, gerou grandes impactos na sociedade, tanto pela grande quantidade de mortos — cerca de 7 milhões no mundo e mais de 600 mil no Brasil —, quanto em questões psicológicas, efeito de preocupações financeiras, ansiedade, estresse, crises de pânico e depressão. A falta de interação social com amigos, familiares e até mesmo com vizinhos acabou transformando rotinas e experiências de vida.

A quarentena, enquanto medida sanitária de isolamento social, que inicialmente seria por apenas 15 dias, passou a ser estendida por aproximadamente dois anos em nosso país e causou um importante impacto na sociedade. Além das sequelas deixadas pelo vírus, milhares de pessoas ficaram impossibilitadas de ir trabalhar e perderam seus empregos, ampliando assim as condições de desigualdade social, pobreza, fome e desemprego. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 15,2 milhões de pessoas ficaram desempregadas no Brasil apenas no primeiro trimestre de 2021, e 17,9 milhões de pessoas estão em situação de extrema pobreza em 2021, o que equivale a cerca de 8,4% da população.

Além dos impactos sociais, também as questões políticas, econômicas e culturais implicaram em uma situação adversa. Para as autoras Kraemer *et al* (2022) um período atípico, complexo e de difícil análise dos efeitos de uma forma de vida organizada a partir da necessidade de restrição de contatos físicos.

Quando olhamos para o que vivenciamos com essa pandemia, não pensamos apenas nos desafios que o vírus pode causar em termos de doença, mas também na ampliação gradativa da injustiça e da desigualdade. A maneira como os governos lidaram com o enfrentamento do vírus em cada país e sobretudo na compra das vacinas contra a Covid-19, teve efeitos sociais relevantes — especialmente para grupos sociais em situação econômica adversa —, que sentiram os impactos de uma sociedade extremamente desigual.

Isso reflete no privilégio de quem conseguiu trabalhar de casa sem ter que sair para não correr o risco de se expor ao vírus, na complexidade de questões enfrentadas por aqueles que necessitaram expor-se ao risco de contágio. Centenas de artistas impossibilitados de apresentar suas obras, passaram a buscar diferentes formas de se manter conectados com seu público, o que por sua vez, fez surgir *lives* e vídeos em massa nas redes sociais. O impacto global na economia mundial, a elevação no custo de vida, constituíram algumas das dificuldades vivenciadas por importante parcela populacional.

Os efeitos da pandemia na Educação não foram diferentes. Com a necessidade de isolamento social, as atividades educacionais realizadas em instituições escolares públicas e privadas, de modo presencial foram suspensas. Com isso, professores tiveram que se reinventar e adaptar-se ao novo modelo de ensino denominado ensino remoto emergencial. Isso fez com que os professores necessitassem dar conta da continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, mesmo em condições de saúde pública e de economia nacional complexa.

No campo da Educação, distintos fatores são relevantes para o desenvolvimento dos estudantes, entre eles, destaca-se a intencionalidade pedagógica. Intencionalidade pedagógica compreende a capacidade de estabelecer objetivos diretos e claros e construir estratégias pedagógicas adequadas, recursos didáticos e avaliações com o propósito de auxiliar o desenvolvimento integral dos alunos. Assim, ela está implicada com a ação consciente e planejada do educador com o processo de ensino e aprendizagem em buscar e estimular a participação efetiva dos alunos em sala de aula, autonomia e senso crítico na construção dos seus conhecimentos. Pastoriza defende que:

No campo da 'intencionalidade pedagógica' há que se trabalhar 'pedagogicamente' a opção tomada. Por exemplo, neste caso, eu poderia optar e justificar o modelo de avaliação por prova uma vez que desejo fornecer um tempo-espço no qual os estudantes sejam exigidos a mobilizar seus conhecimentos sem outros interferentes materiais externos. Ou, ainda, poderia optar por essa proposta por considerá-la interessante para analisar a capacidade dos estudantes (re)organizarem os conhecimentos desenvolvidos durante as aulas em uma situação que lhes exija adaptação frente a situações inesperadas (questões), num contexto de independência intelectual (individualmente) e sobre determinado nível de pressão (com tempo determinado, sob a vigilância docente etc.). (PASTORIZA, 2022, p. 4)

Por meio da intencionalidade pedagógica, o professor traça possibilidades estratégicas no desenvolvimento de atividades específicas e em vista de identificar os conhecimentos e habilidades do processo de aprendizagem dos estudantes. Isso requer o uso de recursos didáticos apropriados como materiais audiovisuais, livros, jogos educativos, etc, considerando as experiências pedagógicas e facilitando a compreensão dos conteúdos.

Entretanto, tendo em vista que a intencionalidade pedagógica mobiliza distintos recursos, meios e processos, compreende-se que, no contexto da pandemia, ela passou a ser significativamente prejudicada, considerando as possibilidades restritas de interação e de mediação pedagógica. No Estágio de Docência I, pude vivenciar os desafios do desenvolvimento da intencionalidade pedagógica na educação de sujeitos com deficiência. Entre distintos aspectos — dificuldade de acesso e de participação em plataformas digitais, as condições socioeconômicas das famílias e a conectividade — percebi diariamente, no planejamento pedagógico, a secundariedade da educação e da prática pedagógica na compreensão da família, quanto aos aspectos que englobam o desenvolvimento dos sujeitos com deficiência.

Diante da situação que foi estabelecida, as realidades de muitas famílias ficaram evidentes, entre elas, falta de recursos eletrônicos, internet, luz e até mesmo a falta de motivação para o ensino remoto emergencial. Entre os relatos das famílias, algo que marcou a minha experiência pedagógica durante o estágio, e que me motivou a realizar a presente pesquisa, está na ausência de credibilidade no desenvolvimento cognitivo dos estudantes com deficiência. Muitas famílias de estudantes com deficiência reconhecem a escola apenas como um lugar de socialização e não como um ambiente de desenvolvimento acadêmico da criança. Este aspecto, concretiza uma importante fragilidade na participação efetiva da criança com deficiência nas propostas pedagógicas apresentadas pelo docente.

Segundo Nunes (2020) as escolas não são apenas lugares de ensino e aprendizagem, mas também de alimentação, de socialização e de apoio emocional para crianças e adolescentes. As crianças necessitam desse espaço para se expressarem de diversas maneiras e, assim, desenvolverem-se de forma dinâmica e lúdica. Com o afastamento presencial da sala de aula, muitas escolas optaram pela manutenção de vínculo por chamadas de vídeo individual ou em grupo com os estudantes. Durante a minha prática de estágio, observei que muitas mães relataram que quando eram realizadas essas chamadas, os estudantes se desorganizam e muitos apresentavam crises de ansiedade pela falta da vivência escolar.

Silva (2020) ressalta a evidência da singularidade do ensino remoto enquanto uma proposta emergencial que se apresenta como desafiadora. O ensino remoto passou a reconfigurar o espaço da escola, estabeleceu novas dinâmicas ao papel dos profissionais e as relações estabelecidas entre a mediação dos pais na escolarização dos filhos por meio das tecnologias. A autora também destaca que:

É preponderante considerar que a proposta do Ensino Remoto minimiza os danos da ausência de aulas presenciais provocada pela pandemia. Porém, muitos estudantes não possuem celulares. Os pais são os representantes nos grupos das turmas, o que leva a baixa participação, seja pela idade ainda inadequada para uso das ferramentas, seja pela impossibilidade financeira de ter acesso a internet. Também, se faz necessário compreender que o uso do celular para fins educacionais é recente e ainda pouco dissipado no contexto das escolas públicas do nosso país. (SILVA, 2020, p.10)

Tendo em vista as experiências complexas vivenciadas no Ensino Remoto Emergencial, em específico no que diz respeito ao campo da Educação Especial, o tema da presente pesquisa abarca os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento do aluno com deficiência, a partir da percepção docente. Para tal, parte-se do seguinte problema de pesquisa: **quais os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência?** Em vista do problema de pesquisa, desenvolve-se o seguinte objetivo geral, analisar e compreender os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Para dar conta do objetivo geral, foram organizados os seguintes objetivos específicos: a) Analisar a constituição do ensino remoto emergencial na educação de alunos com deficiência; b) Discutir com as professoras os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Destacados

esses aspectos iniciais da presente pesquisa, passo na sequência a apresentar a fundamentação teórica em vista de estudos e pesquisas desenvolvidas sobre a temática aqui abordada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2020, com a pandemia mundial de coronavírus, a sociedade teve que se modificar e adaptar-se a uma nova realidade de restrição dos contatos sociais. Essa emergência sanitária trouxe significativos impactos para diversos setores sociais, entre eles, a educação. Com as modificações necessárias para o enfrentamento do vírus, entre elas, as de ordem sanitária, a quarentena, enquanto medida de isolamento social, inicialmente prevista por quinze dias, passou a ser instituída pela Lei n.º 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, onde é previsto que a quarentena compreende:

II - restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus (BRASIL, 2021, Art.2º).

A referida Lei, em seu artigo 3º também sugere que para o enfrentamento à saúde pública as autoridades poderão adotar, as seguintes medidas: isolamento, quarentena e ações clínicas como exames médicos, testes de laboratórios, coletas de amostras clínicas e a vacinação. O parágrafo III, também destaca o uso obrigatório de máscaras de proteção individual em lugares fechados e coletivos.

A partir das medidas sanitárias para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, foram instituídos decretos nacionais, estaduais e municipais que estabeleciam a necessidade de restrição social e com isso, o fechamento de instituições escolares. Diante do cenário pandêmico, estabeleceu-se o ensino remoto emergencial, enquanto alternativa à continuidade das atividades escolares. Segundo o Decreto n.º 55.465, de 5 de maio de 2020, o Ensino Remoto Emergencial foi definido como uma modalidade temporária de ensino, que deveria ser realizada por meio de ferramentas tecnológicas e plataformas digitais.

Lima (2020) ressalta que as escolas precisaram estar atentas às diretrizes que orientaram o ensino remoto emergencial, principalmente no que compreende as atividades e recursos didáticos acessíveis a todos os alunos, independente da sua condição socioeconômica ou das suas experiências com a tecnologia. Dito de outro modo, em vista da efetivação de condições de participação e de desenvolvimento de

todos os estudantes, as escolas foram convocadas a garantir que as atividades pedagógicas promovessem a todos os alunos acesso às tecnologias, como computadores, celulares, tablets e outros recursos disponíveis, em vista da promoção da mediação pedagógica. Em reportagem publicada na Revista *Mátria*, destaca-se que "Às vezes o professor quer trabalhar um determinado conteúdo, que se fosse presencialmente, estaria do lado do aluno ajudando a fazer a atividade. Na forma remota ele não consegue ter essa interação e o aluno não consegue fazer essa atividade"

Para a especialista, o aumento das desigualdades e da pobreza também impactaram o ensino: "Fiz uma pesquisa e a gente constatou que as desigualdades sociais que se ampliaram enormemente no país também se reproduzem no acesso à educação, principalmente dessa parcela mais vulnerável que são as pessoas com deficiência. Cerca de 90% das pessoas com deficiência no Brasil é pobre ou extremamente pobre, e mais de 90% é matriculada na educação básica pública. Para quem tem deficiências mais severas, a desigualdade triplicou a potência", pondera. As autoras Kraemer *et al* (2022) compreendem que:

Em nosso país, desde antes da pandemia, distintas camadas de vulnerabilidade social eram inscritas em políticas compensatórias; porém com a necessidade de isolamento social instituída pela propagação exponencial da Covid-19, uma importante parcela populacional passou a enfrentar condições econômicas mais agudas. (2022, p. 3)

Silva (2020) ressalta que as escolas precisaram estar atentas ao fato de que o ensino remoto emergencial não poderia substituir as aulas presenciais, já que essa modalidade de ensino compreende uma limitação temporal em relação à interação social e a construção coletiva do conhecimento. Sabemos que durante o Ensino Remoto, distintas lacunas de socialização entre colegas, famílias e amigos foram sendo instituídas. Assim, foi necessário que as escolas trabalhassem em conjunto com os alunos e as famílias para garantir que o vínculo pedagógico não se perdesse, mesmo em condições complexas e adversas. Segundo Carvalho *et al*:

Superar as dificuldades é um desafio que envolve escola, família e professor, tanto do ensino regular quanto da sala de Atendimento Educacional Especializado. A união de todos os envolvidos no processo educacional dos alunos, torna a educação inclusiva possível e mais eficaz, cada um cumprindo com suas tarefas e juntos formando uma equipe colaborativa para o sucesso do aluno (2021, p. 18).

Dentro da cidade de Porto Alegre, com o intuito de garantir o direito de aprendizagem de milhares de alunos da rede pública de ensino, a Prefeitura Municipal instituiu regulamentos em vista do desenvolvimento do ensino remoto emergencial no município. O Decreto n.º 20.570, de 16 de março de 2020, destaca a suspensão das atividades escolares presenciais como uma das medidas preventivas ao contágio pelo coronavírus. Por meio do referido Decreto, foi publicada a Resolução n.º 008, de 31 de março de 2020, que trata das orientações do ensino remoto emergencial para as escolas da rede municipal de Porto Alegre. Na Resolução são instituídas orientações para os professores utilizarem recursos digitais e pedagógicos para a realização de atividades que possibilitem a continuidade do processo de aprendizagem dos alunos de modo remoto.

Com a proliferação da Covid-19, não foi possível retornar às atividades presenciais como previsto, por isso, foi publicado o Decreto n.º 20.811 que prorrogou a suspensão das atividades presenciais na rede municipal de Porto Alegre até o final do ano de 2020. Com essa extensão temporal, o ensino remoto emergencial efetivou-se enquanto modelo pedagógico propício à manutenção do vínculo e das atividades pedagógicas. Camizão *et al* (2021) entende que:

A ação pedagógica do professor de educação especial requer o acompanhamento diferenciado, que atenda às necessidades dos estudantes PAEE. A identificação dessas necessidades à distância torna-se uma tarefa quase impossível. O desafio aumenta sua implementação no contexto de pandemia, porque o trabalho desse professor compreende essas especificidades. (CAMIZÃO *et al*, 2021, p. 14)

Segundo Camizão *et al* (2021) o ensino remoto foi a saída encontrada, no entanto, ele é absolutamente seletivo, o que indica que a sua organização diz respeito tanto à implementação das aulas on-line quanto à adaptação das condições sociais adequadas. Os autores também destacam que o professor da educação especial precisa estabelecer outros tipos de vínculos pedagógicos com os estudantes, de forma geral, a educação precisa estar sensível às condições dos alunos e entender que os estudantes que aparecem nas telas digitais não são os mesmos que estavam sentados nas carteiras das escolas.

Para as autoras Kraemer *et al* (2022) o espaço escolar, onde a vida de crianças e jovens se faz presente de modo distinto, intenso, criativo e dinâmico, não

consegue ser traduzido ou capturado pelas telas de transmissão. Para além de sua estrutura física, curricular, pedagógica e formativa, ele se organiza como lugar que preserva um formato próprio para o desenvolvimento da vida de sujeitos em formação. Diante da realidade que era vivida naquele momento, as medidas legais adotadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre buscaram garantir a continuidade do processo de aprendizagem dos alunos, assegurando o acesso de todos os alunos.

De acordo com Souza e Dainez (2006) vivemos no contexto da pandemia a complexidade e a diversidade de uma situação inédita, marcada por um vírus ainda pouco conhecido, que se propagou rapidamente e afetou a dinâmica da vida social. A Pandemia de Covid-19 apresentou vários desafios para a área da educação. O fechamento de escolas, universidades públicas e privadas acarretaram em uma onda de incertezas de como seria a educação diante de um cenário atípico. A reinvenção das práticas pedagógicas em uma articulação restrita com a tecnologia possibilitou que outras mediações pedagógicas pudessem ser efetivadas. A era digital impôs-se nas nossas vidas, na economia, na cultura e na sociedade, e também na educação. Nada foi programado. (NÓVOA; ALVIM, 2022)

Um dos desafios para o ensino remoto emergencial foi deslocar a educação do ambiente escolar para as habitações de cada estudante. Conforme Greene (1982):

Primeiro, é preciso dizer que a “casa” é o contrário da “escola.” Em casa, estamos entre iguais; na escola, entre diferentes; e o que nos educa é a diferença. Em casa, estamos num ambiente privado; na escola, num ambiente público: e não pode haver educação, se alguma coisa comum não acontecer num espaço público. (GREENE, 1982, *apud* NÓVOA e ALVIM, 2022, p. 6)

Segundo Alvim e Nóvoa (2022) em casa, estamos num lugar que é nosso; na escola, num lugar que é de muitos: e ninguém se educa sem iniciar uma viagem juntamente com os outros. A grande vantagem da escola é ser diferente da casa. Por isso, é tão importante a colaboração entre a escola e as famílias, porque são realidades distintas e ganham, uma e outra, com essa complementaridade. E esse também foi um dos fatores que pesaram durante a pandemia, como manter-se conectado com as famílias e transferir conteúdos, aprendizagens e habilidades que só seriam aprendidas dentro da escola? Os autores também afirmam que é preciso dizer que as tecnologias, por si só, não educam ninguém. Em outras palavras, uma

visão atenta aos efeitos da pandemia sinaliza, ao contrário do que as vozes que advogam pelo fim da escola querem concluir, o valor extraordinário e insubstituível da escola, como instituição histórica e social [...] (MASSCHELEIN; SIMONS, 2014 *apud* KOHAN, 2020)

A educação de alunos com deficiência constitui um segmento educacional bastante afetado pela pandemia de COVID-19, pois esta contempla demandas específicas de desenvolvimento dos estudantes, sendo a presencialidade, uma das demandas necessárias ao desenvolvimento. No cenário pandêmico presenciado pelo mundo com a proliferação do vírus da Covid-19 dos anos de 2020 até 2022, os alunos com deficiência e suas famílias, assim como todos os estudantes do Brasil, encontraram desafios durante o ensino remoto emergencial. Muitos estudantes dependiam de apoios, estratégias pedagógicas específicas e individuais para a participação das atividades produzidas pela prática pedagógica no desenvolvimento do calendário escolar. Para os autores Carvalho *et al* (2021):

[...] evidenciamos, que a educação inclusiva continua sendo um desafio para todos os envolvidos: escola, professores, pais e/ou responsáveis, e que com a presença da pandemia, as escolas tiveram que adotar o ensino remoto. Tal situação agravou ainda mais, visto que os alunos com necessidades educacionais especiais necessitam de um apoio mais específico para realizarem suas atividades online. (2021, s/p)

Os desafios enfrentados durante o ensino remoto emergencial são de diferentes ordens, dentre eles, destaca-se a falta de capacitação dos professores em de individualizar práticas e promover o desenvolvimento das necessidades específicas dos alunos, em vista da promoção de suas aprendizagens de maneira significativa. A falta de informação e acompanhamento avaliativo do desenvolvimento de cada aluno fazem parte dos efeitos que pressuponho a dificuldade dos professores durante o Ensino Remoto Emergencial.

Os autores Carvalho *et al* (2021) ressaltam que é preciso que a escola assegure não somente o acesso desses alunos a ela, mas também condições para permanência e prosseguimento dos seus estudos em todas as etapas do ensino até a sua conclusão. Considerando que a presente pesquisa busca analisar os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência, a partir dos seguintes objetivos específicos do trabalho se dividem em: a) Analisar a constituição do ensino remoto emergencial na educação de alunos com deficiência;

b) Discutir com as professoras os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência, apresento na seção seguinte os aspectos metodológicos da pesquisa.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada compreende uma análise sobre os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento de alunos com deficiência, pelas percepções de professores que atuam no campo da Educação Especial de uma escola da rede municipal de educação de Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo. Segundo Godoy (1995) na pesquisa qualitativa encontram-se variados tipos de investigação, apoiados em diferentes quadros de orientação teórica e metodológica. A partir dessa compreensão, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com docentes que atuam no campo de conhecimento da Educação Especial, com alunos com deficiência. Para Flick (2007) a pesquisa qualitativa trabalha essencialmente com dois tipos de dados: os dados verbais são coletados em entrevistas semi-estruturadas ou como narrativas, às vezes utilizando grupos.

Godoy (1995) destaca o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, a partir de um relato histórico acerca de como a abordagem de investigação foi se tornando parte das ciências sociais. Segundo a autora:

O estudo sociológico de Frédéric Le Play (1806-1882) *Les ouvriers européens*, publicado em 1855, sobre as famílias das classes trabalhadoras da Europa, pode ser citado como uma das primeiras pesquisas a usar a observação direta da realidade. A partir dos dados coletados em inúmeras viagens que realizou pela Europa, Le Play desenvolveu uma série de monografias de famílias "típicas" da classe trabalhadora, identificadas entre pessoas que exerciam determinadas ocupações. Do ponto de vista metodológico, ele inovou ao desenvolver um estudo comparativo dessas monografias. (GODOY, 1995, p. 59)

A autora também enumera um conjunto de características que são essenciais para identificar um trabalho de cunho qualitativo, entre elas estão, o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental, o cunho descritivo da pesquisa qualitativa, a preocupação do investigador com o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida e a utilização do enfoque indutivo na análise de seus dados. Por desempenhar um papel fundamental na expansão do nosso conhecimento, a pesquisa qualitativa permite medir os dados produzidos pelo pesquisador e possibilita aprofundar as experiências, opiniões e implicações das pessoas sobre o assunto estudado.

Com o objetivo de capturar as experiências dos participantes, suas sensibilidades e subjetividades, a abordagem de cunho qualitativa explora as complexidades e as interações sociais que fazem parte do cotidiano dos sujeitos. Por meio de métodos como entrevistas, seja ela semi-estruturada, tem como um dos objetivos construir um conhecimento profundo e uma compreensão mais completa. Para Duarte (2004) analisar entrevistas é uma tarefa muito complicada e exige muito cuidado com a interpretação, a construção de categorias, e principalmente, com uma tendência bastante comum entre pesquisadores: de debruçar-se sobre o material empírico procurando extrair elementos que confirmem suas hipóteses.

Para a presente pesquisa, foi desenvolvido um questionário semi-estruturado para a realização da entrevista com os docentes. Este questionário objetivou possibilitar a compreensão sobre os desafios do ensino remoto emergencial para o desenvolvimento de alunos com deficiência. Do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador colocar-se no papel do outro, vendo o mundo pela visão dos pesquisados (GODOY, 1995). Segundo Duarte (2004), realizar uma entrevista; sobretudo se for semi-estruturada, abertas de histórias de vida etc. não é uma tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que tenha os objetivos de pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante, é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista. Cabe destacar que as perguntas utilizadas para as entrevistas estão em anexo. Duarte (2004) afirma que:

A realização de uma boa entrevista exige: a) que o pesquisador tenha muito bem definidos os objetivos de sua pesquisa (e introjetados — não é suficiente que eles estejam bem definidos apenas “no papel”); b) que ele conheça, com alguma profundidade, o contexto em que pretende realizar sua investigação (a experiência pessoal, conversas com pessoas que participam daquele universo — egos focais/informantes privilegiados —, leitura de estudos precedentes e uma cuidadosa revisão bibliográfica são requisitos fundamentais para a entrada do pesquisador no campo); c) a introjeção, pelo entrevistador, do roteiro da entrevista (fazer uma entrevista “não-válida” com o roteiro é fundamental para evitar “engasgos” no momento da realização das entrevistas válidas); d) segurança e auto-confiança; e) algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação. (DUARTE, 2004, p. 216)

Considerando os aspectos metodológicos que constituem a presente pesquisa, passo na seção seguinte a apresentar os sujeitos que contribuíram com o estudo aqui apresentado.

3.1. Sujeitos da Pesquisa e Espaços

Para a realização da produção de dados para a presente pesquisa, primeiramente contei com o apoio de uma Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental, localizada no município de Porto Alegre. A escola conta com um total de 60 funcionários, entre eles 42 são professores titulares e contam com mais de 130 alunos divididos entre ciclos. A escola trabalha com o sistema de ciclos, para Alavarse (2009) com os ciclos, foi introduzido uma diferenciação, uma polarização com a ideia imanente à seriação, de que ao final de cada ano letivo a avaliação seja sinônimo de aprovação ou reprovação de cada aluno, relevando-se a noção de que o transcurso da escolarização não seja condicionado por ameaças ou reprovações, mas que seja “automático”, fluido ou ainda continuada.

A escola também conta com alguns projetos que são desenvolvidos para auxiliar no desenvolvimento dos alunos, como ambiental, atividades de vida diárias (AVD'S) que abrangem atividades do dia-a-dia como higiene, alimentação e etc., artes, inovação, tecnologia assistiva entre outras. Além de atividades especializadas como artes, música, educação física e multilinguagem.

No processo de pesquisa, foram consideradas as normas da ética de pesquisa em Educação, conforme indicou o plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua 59ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 6 e 7 de abril de 2016, que gerou a Resolução nº. 510 (BRASIL, 2016). A ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida às/os participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Nesse sentido, o agir ético das/dos pesquisadoras/es demanda ação consciente e livre das/os participantes.

Participaram da pesquisa, quatro professores, do sexo feminino, que atuam na EMEEF e tiveram experiências dentro do período do ensino remoto emergencial com crianças com deficiência. Seus nomes verdadeiros não serão revelados, com o intuito de preservar o anonimato. Sendo assim, serão referenciados como Professor A, B, C e D. Abaixo apresento uma tabela detalhando suas idades e o tempo de atuação na educação especial de cada participante:

Tabela 1 - Idade e tempo de atuação na Educação Especial das docentes entrevistadas

	Idade	Tempo em que atua na educação especial
Professora A	40 anos	3 anos
Professora B	51 anos	32 anos
Professora C	58 anos	5 anos
Professora D	52 anos	22 anos

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Acerca da formação das entrevistadas, as informações destacadas são as seguintes:

Tabela 2 - Formação acadêmica das docentes entrevistadas

	Formação acadêmica
Professora A	Formada em Pedagogia, Especialização em Educação Inclusiva, Educação Infantil e Alfabetização. Concluindo o Mestrado pela PUCRS
Professora B	Formada em Pedagogia e Educação Especial. Especialização em psicopedagogia e em autismo. Mestrado e Doutorado em Educação
Professora C	Formada pela PUC em Educação Especial, pós-graduação em psicopedagogia
Professora D	Graduação na Educação Especial, pós-graduação em arteterapia e especialização em psicanálise.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Com o momento atípico presenciado pelo mundo em meados de 2020, a pandemia de Covid-19, a educação no Brasil foi afetada diretamente e sendo obrigada a fechar suas portas para combater a proliferação do vírus. Kohan (2020)

ressalta que pela primeira vez desde a sua existência, todas as escolas foram obrigadas a fechar de vez. Ficamos todos subitamente sem escolas, no Brasil e no mundo. Em um sentido, então, o vírus decretou uma morte, pelo menos temporariamente, das escolas: as deixou sem vida, sem cheiro, sabores e sem ar.

Durante o período pandêmico, ficou ainda mais evidente a diferença social e econômica entre as instituições de ensino públicas e particulares. É uma realidade que persiste em muitos sistemas ao redor do mundo, enquanto as escolas privadas conseguiam realizar um bom desempenho durante o ensino remoto emergencial, com bons equipamentos, conexões e aparelhos, as escolas públicas sofreram com a falta de investimento para promover a equidade educacional e que garantisse o direito de educação para todos durante o enfrentamento da pandemia. Kohan (2020) ressalta:

[...] a diferença radical entre as escolas públicas e particulares e, de um modo mais geral, entre a educação pública e a educação privada; o tanto de coisas que se fazem em uma escola, que não dizem respeito apenas ao ensinar e ao aprender, mas à dimensão social da escola em um país como o Brasil, onde, para muitos setores da população, a escola é o local onde se faz a principal (ou única) refeição do dia e que não há como fazer quando ela fecha as suas portas; a insubstituível presença de professoras e de professoras que não podem ser substituídos(as) por quem não está preparado para isso é menos ainda por sistemas tecnológicos auto programáveis e executáveis; [...] (KOHAN, 2020, p. 5)

Sabe-se que educação inclusiva sempre foi um desafio para os pais, para os professores e para a escola. O sistema educacional brasileiro, durante muito tempo, ignorou os alunos que tinham algum tipo de deficiência, e o Estado, também fez vista grossa para a situação, isentando-se de sua responsabilidade, deixando a cargo dos pais das crianças com deficiência a educação das mesmas. (Carvalho *et al*, 2021)

A equidade educacional é a base para que seja oferecido meios de oportunidades de educação igualitárias e justas para todos os sujeitos, independente das suas condições sociais, econômicas, étnicas, raciais ou deficiências. Esse conceito busca garantir a quebra de toda a desigualdade social e garantir que todos tenham os mesmos direitos de acesso ao sistema educacional para conseguirem alcançar o seu potencial durante a escolarização. A equidade garante também o auxílio ao aluno que enfrenta alguma desvantagem, com o intuito de garantir a igualdade entre todos. Equidade refere-se à oportunidade de acesso dos estudantes

aos recursos e processos escolares que afetam seu desempenho - é um termo, portanto, diretamente ligado ao conceito de justiça. (Simielli, 2015)

As autoras Kraemer *et al* (2022) ressaltam que o princípio político que a escola assume, além da participação, do desenvolvimento e da aprendizagem daqueles que integram grupos historicamente discriminados, condiciona a consolidação dos direitos a efetivação de um modo de vida mais equânime.

4. AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Neste capítulo, para o desenvolvimento das análises retomo um objetivo específico da pesquisa: discutir com as professoras os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Para isso, apresentarei algumas questões que foram abordadas durante o processo de produção de dados, utilizando uma entrevista semi-estruturada com 4 professoras, e analisando as suas respostas.

Durante o ensino remoto emergencial as relações pessoais produzidas na presencialidade foram suspensas em vista do isolamento social para a não proliferação do vírus da Covid-19. Para Morgado *et al* (2020) a educação é um dos setores onde estes efeitos podem gerar desconforto, uma vez que se trata de um empreendimento construído na base de relações, em grande medida, relações presenciais, que fazem do ato pedagógico um momento de interação e partilha. Alvim e Nóvoa (2022) destacam que a Covid-19 revelou, com nitidez, que a vida familiar e econômica é regulada pelo ritmo da escola.

Durante a realização da entrevista semi-estruturada para a coleta de dados da presente pesquisa foi feita a seguinte pergunta: **“Você acha que o ensino remoto emergencial possibilitou outras aprendizagens para os alunos?”** Com o intuito de obter mais informações sobre a visão das docentes para o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, optou-se por analisar a compreensão das professoras acerca das possibilidades de aprendizagem de alunos com deficiência no ensino remoto emergencial. Neste enfoque as docentes destacam que:

Acho que não. Sinceramente, eu acho que a gente fez o que foi possível.
(Professora A)

A gente pôde ver que às vezes as famílias não contam e querem saber. Então como é que é esse manejo em casa? Como é que dizer não? Como é que é a autonomia dele? Que horas efetivamente acorda? Que horas vai dormir? O que come? [...] Então acho que nesse sentido ele ajudou, ele propiciou talvez até sujeitos que não estavam conseguindo vir na escola

que tiveram de acolhimento, atendimento para aquelas que fizeram as vídeo chamadas. (Professora B)

A gente aprendeu muita coisa, compreendeu o outro. Eu acho que é isso, sabe? É compreender o outro e as famílias também compreenderem as professoras, né? Quando a gente acredita que eles são capazes. A gente tá sempre em função disso, de ver o potencial, eu acho que isso reforçou pra elas, sabe? (Professora C)

Tinha outras possibilidades e que os pais estavam atentos para isso. [...] eu acho que a gente se revisitou como profissional, sabe? Porque entrar na casa das famílias, entrar na casa dos alunos, uma vídeo chamada tu tá vendo aquele espaço, tá vendo como ele se constitui, isso nos ajudou muito nessa percepção sobre os nossos alunos individualmente, entender quais as possibilidades que naquela casa, que estrutura era aquela que que era ofertada pra ele. [...]. E a gente estabeleceu um vínculo inacreditável com essas famílias durante a pandemia quanto ao distanciamento. (Professora D)

Nas afirmações das docentes, observa-se as impossibilidades de aprendizagens que os seus alunos e elas próprias desenvolveram durante o ensino remoto emergencial. Em específico a forma como cada uma das docentes narra as dificuldades diante do ensino remoto emergencial. A maioria das entrevistadas, destaca pontos relevantes no desenvolvimento dos alunos com deficiência atrelado ao papel assumido pelas famílias. Um dos aspectos destacados pelas docentes está relacionado ao uso de recursos tecnológicos e seu devido manuseio na proposição de atividades de interação e de desenvolvimento cognitivo. Para Alvim e Nóvoa:

Hoje, não é possível pensar a educação e os professores sem uma referência às tecnologias e a "virtualidade." Vivemos conexões sem limites, num mundo marcado por fraturas e divisões digitais. É preciso enfrentar com lucidez e coragem, estas tensões: entre um empobrecimento da diversidade e a valorização de diferentes culturas e modos de viver; entre uma diminuição da privacidade e liberdade e a afirmação de novas formas de democracia e participação; entre a redução do conhecimento ao digital e a importância de todo o conhecimento humano e social. (NÓVOA; ALVIM, 2021, p. 36)

Os professores no ensino remoto emergencial não assumem o papel de tutores, como na educação a distância, e cada qual tem sua função específica. Enquanto a tutoria envolve atuações dirigidas, tanto de orientação pessoal, quanto acadêmica e profissional, à docência, segundo Vilarinho e Cabanas *apud* Shimazaki *et al* (2008), “exige-se a elaboração de planejamentos prévios, desenvolvidos cuidadosamente, baseados na promoção e motivação de aprendizagens independentes e autônomas, por isso, demanda, pedagogicamente, capacidade quanto ao uso de tecnologias midiáticas”. (Shimazaki *et al*, 2008, p.9)

Para os autores Carvalho *et al* (2021) os professores foram desafiados a exercer a sua docência de forma remota, utilizando diversos recursos tecnológicos, tais como: plataformas digitais, Whatsapp, Instagram, Facebook, vídeos, fotos, entre outros, intensificando assim o seu trabalho. Cabe destacar que no ensino remoto emergencial, um aspecto bastante prejudicado compreendeu a relação de vínculo promovida no atendimento dos alunos com deficiência, cujo desafios enfrentados foram ainda maiores, devido ao distanciamento físico que o momento pandêmico impôs.

No estudo desenvolvido por Gomes (2022) a autora analisa as estratégias que os docentes adotaram no ensino de estudantes com deficiência durante a pandemia. Ela destaca, a partir das respostas dos professores, “que os alunos de inclusão não participaram das aulas pois acreditam que seja pela falta de habilidade e/ou dificuldades de acesso às tecnologias” (Gomes, 2022, p.30).

O uso das tecnologias durante o ensino remoto emergencial, com o enfrentamento do momento pandêmico, e a sua importância é inegável. Com o fechamento de escolas e instituições de ensino em todo o mundo, as plataformas digitais foram uma maneira rápida para adaptar-se ao novo cotidiano diante do isolamento social. Bittencourt e Albino (2017) tensionam como o uso das mídias digitais (computadores, tablets, internet, etc) pode colaborar para melhorar o ensino aprendizagem nas instituições de ensino? Para Perrenoud (1999) *apud* Bittencourt Albino (2017), a melhoria do processo de aprendizagem e familiarização dos alunos com as novas tecnologias exigem a necessidade de se desenvolver competências. Assim, no que compreende as tecnologias durante o ensino remoto emergencial, Bittencourt e Albani (2017) destacam que:

Entretanto, a tecnologia não é dotada de perfeições quanto à suas vantagens e objetivos, e muitos autores começam a questionar se realmente a facilidade encontrada nos avanços tecnológicos na educação provocam grandes desvantagens, pontos negativos e manipulação nos relacionamentos interpessoais, comunicação e práticas de ensino dentro e fora da escola. (BITTENCOURT, ALBANI, 2017, p. 210)

Como a falta de acesso igualitário à rede de internet por parte dos alunos, considerando-se a lógica de um sistema de desigualdades múltiplas. Esse sistema de desigualdades é um processo que reconhece características individuais que influenciam mutuamente em experiências únicas de discriminação e privilégio. Abordar esse sistema é crucial para a promoção da justiça social e da igualdade, mas para isso, busca-se o auxílio de políticas públicas e ações que levem em consideração as vozes das pessoas que vivenciam essas desigualdades.

Muitos estudantes, durante o ensino remoto emergencial, ficaram impossibilitados de receber materiais pedagógicos, de participar das atividades práticas previstas, entre outros aspectos. Assim, a transição para o ensino remoto emergencial, considerando-se o contexto de desigualdades múltiplas, pode limitar as condições e as possibilidades que englobam as experiências de aprendizagem por parte dos estudantes. Além disso, verificou-se uma importante lacuna na manutenção do vínculo pedagógico com os alunos, apesar de todos os esforços empreendidos pelos docentes.

Segundo Santos (2014) percebe-se que as experiências mobilizadas na relação entre o docente e o discente criam um vínculo afetivo, facilitando a maneira de conduzir a sua aprendizagem e interação social. Segundo a pesquisadora, o afeto em parceria com a ludicidade aumenta ainda mais esse aprendizado tornando-o enriquecedor. Em específico, naquilo que compreende os sujeitos público-alvo da educação especial,

O reconhecimento e identificação de cada aluno se tornou essencial para o ensino remoto emergencial, os professores tiveram que se adaptar nas estratégias de ensino para atender às inúmeras necessidades individuais e até familiares durante o ensino, para isso, a contribuição das chamadas de vídeo para visualizarem as professoras e tentarem transmitir a afetividade e o vínculo com os alunos. “A questão da afetividade e aprendizagem é discutida desde muito tempo por diversos autores, entre eles Piaget, Vygotsky, Wallon, entre outros, da qual

relatam que afetividade existe a partir de outro indivíduo.” (SANTOS, 2014, p.41). A autora também destaca:

Ao serem questionados acerca do benefício da afetividade para o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual e múltipla na Escola, todos os profissionais e os pais foram unânimes em suas respostas. Afirmou-se que a afetividade contribui para o desenvolvimento dos mesmos e promovem-se benefícios proporcionados pelas atividades desenvolvidas em sala ou fora dela como: atividades acadêmicas, dança, música, teatro, atividade física e atividades lúdicas. (SANTOS, 2014, p.41)

Na pesquisa realizada por Santos (2014) verificou-se que a afetividade contribui muito para o desenvolvimento sociocultural, afetivo e cognitivo do ser humano, pois coloca a pessoa com deficiência intelectual e múltipla como sujeito capaz de aprimorar sua autonomia e aprendizagem. Para a autora, cada indivíduo se desenvolve de acordo com suas especificidades, cabe aos pais e professores respeitá-los e criar condições para isso, o cuidado afetivo e a interação comprometam a todos. Santos também destaca que:

Evidencia-se que a afetividade aproxima alunos, professores e família, constroem amizades, melhora a autoestima, proporciona segurança, cuidado e estimula a uma aprendizagem prazerosa. É possível realizar um excelente trabalho pedagógico baseando-se na inclusão do afeto através do diálogo, respeito, elogios e amor, quando vemos a pessoa com deficiência intelectual e múltipla inserida em projetos sociais, educacional e mercado de trabalho. (SANTOS, 2014, p. 49)

A partir da pesquisa realizada, em diálogo com autores que têm atentado para o vínculo pedagógico, destaca-se que este implica a conexão significativa entre alunos e professores, em específico, no que compreende as propostas pedagógicas mobilizadas em vista da educação de sujeitos com deficiência. Em um contexto de ensino remoto emergencial, certamente as lacunas observadas durante o período, nos mobilizam a tensionar o processo de desenvolvimento e de aprendizagem de todos, considerando-se a efetividade do vínculo pedagógico. Em certa medida, esta discussão sustenta a análise que será desenvolvida na seção seguinte, a partir do enfoque sobre o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência durante o ensino remoto emergencial.

4.1. O acompanhamento do desenvolvimento de aprendizagem dos alunos com deficiência durante o ensino remoto emergencial

Acompanhar o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos com deficiência durante o ensino remoto emergencial certamente constituiu-se em um processo desafiador e complexo para a atividade docente. Ao recordar o momento de pandemia e de isolamento social, as professoras destacam que:

Os pais muitas vezes não enviavam, quer dizer que a criança não fazia.
(Professora A)

Eu acho que alguns cresceram. Mesmo pensando remoto. Desenvolveram, mesmo, mas não foi a maioria. Dos seis eu vou te dizer que um aproveitou efetivamente tudo que foi proposto. Os outros cinco não. Tá? Faziam tudo? Sim, faziam, mas a gente tinha que estar demandando o tempo todo..
(Professora B)

Através da conversa das famílias, fotos que elas nos mandaram. Muita conversa. (Professora C)

A gente conversou muito com essas famílias, então os relatos pra gente foram muito importantes das coisas que aconteciam, das desorganizações, dos choros, das ansiedades, né? elas nos relataram, olha fulano conseguiu ver se tal coisa, então a gente reforçava mesmo quando ele não vinha na tela. (Professora D)

A gente sabia que eles estavam nos escutando, então a gente acompanhou através desse diálogo e dessas imagens, né? Às vezes a gente ligava, daí a mãe dizia ele estava desorganizado só um pouquinho do incisivo daqui dez minutinhos aí a gente exilava né? Ligava depois daí conversava. Nosso tom de voz mudava na hora de falar, né? Então, todo esse cuidado a gente sempre teve. (Professora C)

No que compreende o desenvolvimento da aprendizagem de determinados componentes curriculares pelos alunos com deficiência no Ensino Remoto

Emergencial, as docentes relatam a dificuldade de conseguir observar este desenvolvimento. Em parte, esta dificuldade está relacionada à não obtenção de respostas das atividades planejadas pedagogicamente e encaminhadas aos alunos. Isso pode estar relacionado ao fato de que as atividades pedagógicas não foram repassadas pelos responsáveis às crianças ou pela dificuldade que o ensino remoto emergencial proporcionou em mediar a proposta pedagógica em relação ao desenvolvimento do estudante a partir dos recursos digitais.

Percebemos que o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência, requer o retorno dos responsáveis das atividades realizadas pelo aluno, reforçando assim, o vínculo entre escola, a família e o estudante. Trata-se de um processo complexo, pois todo este desenvolvimento prevê a interação da família, o suporte com materiais, recursos e estratégias que em algumas situações, não conferem com a realidade social e econômica vivenciada pela família. Para Alvim e Nóvoa (2022) as ilusões da “casa” e das “tecnologias” alimentam-se mutuamente e transportam uma terceira ilusão: com recurso ao digital e graças a um acompanhamento por parte dos pais, ou de algum “tutor”, as aprendizagens aconteceriam de modo natural ou espontâneo. É uma ilusão perigosa e errada. Já que durante as entrevistas realizadas com as professoras foi destacado que em alguns casos, as atividades nem eram repassadas para os alunos, pelos seus responsáveis legais.

A ausência do espaço escolar e do convívio com professoras e alunos dificultaram ainda mais a observação do desenvolvimento dos alunos, sendo os responsáveis de cada aluno os encarregados pela devolutiva para as professoras das atividades desenvolvidas. Entretanto, pelos relatos das entrevistadas, nem sempre era obtido o retorno das atividades desenvolvidas pelos alunos, mesmo que, apenas por meio de um registro com fotos, vídeos ou pela participação nas chamadas de vídeos.

Aqui destaco o papel da família como fundamental para o auxílio das professoras no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos com deficiência no ensino remoto emergencial. Santos (2014) acredita que é necessário a participação efetiva e constante da família no processo de aprendizagem da criança. A autora também destaca que a educação é um dever da família e da escola, é necessário esta interação para que o processo de ensino seja mobilizado em situações complexas, como no caso, o ensino remoto emergencial. Assumir um papel ativo

no desenvolvimento da aprendizagem dos filhos não é um processo tranquilo e os responsáveis não são sujeitos com formação no campo pedagógico para dar conta de questões que englobam a aprendizagem de alunos com deficiência. Para Lima e Silva:

O ensino remoto alavancou ainda mais os desafios da prática docente com alunos com deficiência, pois mesmo no ensino presencial os dilemas para o ensino com crianças com necessidades especiais já eram enormes. Com o ERE tudo ficou ainda pior, tendo em vista que a maioria das famílias dessas crianças não têm condições ou acesso às tecnologias digitais, muitos não podem ajudar seus filhos nas atividades escolares, tendo em vista na maioria das vezes a baixa escolaridade. Além de muitas vezes essas famílias precisam de uma ajuda emocional e estrutural por ter um filho com necessidades especiais e saber lidar com tudo não é uma tarefa fácil, exige muito amor, dedicação, compreensão e apoio. (LIMA; SILVA, 2021, p. 8).

As autoras também destacam a necessidade dos órgãos públicos oferecerem de forma concreta apoio de uma equipe multidisciplinar para acompanhar os alunos de uma forma contínua e eficaz. Isso contribui para melhorar a qualidade de vida dessas crianças e famílias e conseqüentemente o processo de desenvolvimento educacional e estrutural desses alunos. (LIMA; SILVA, 2021)

Nesse aspecto Bastos (2015, p.21) destaca que “aprender é sempre um ato social”. Assim, o olhar para os alunos com deficiência requer do professor uma atenção específica sobre o modo de desenvolvimento e de aprendizagem dos sujeitos, isso implica uma atenção especial aos recursos e estratégias adotadas no desenvolvimento da proposta pedagógica. E, em um contexto de isolamento social, esta atenção necessita ser redobrada pois a interação mesmo que remota precisa acontecer para que não se perca um processo de vínculo pedagógico construído ao longo de alguns anos. (LIMA; SILVA, 2021).

O apoio de uma equipe multidisciplinar para o atendimento e auxílio na aprendizagem de alunos com deficiência é essencial no processo de seu desenvolvimento. Para Silva (2016), o serviço de uma equipe multiprofissional pode contribuir na promoção de espaços e de práticas com enfoque político de inclusão escolar. Isso requer uma filosofia que atente às especificidades dos sujeitos e onde se invista na formação continuada da equipe de profissionais. Segundo Garcia:

A ideia de equipes multiprofissionais na educação, defendida por Garcia (1994) apoia-se no trabalho colaborativo implicado no envolvimento coletivo de profissionais com formações diferentes que, em conjunto e em função de um contexto, partilham diferentes possibilidades por meio da ação, reflexão

e intervenção comprometida em vários níveis, sendo: pessoas, contextos, situações, conhecimentos teóricos e práticos, em face aos muitos problemas encontrados pela escola (SILVA, 2016, p. 38 *apud* GARCIA, 1994, p. 11).

O papel da equipe multiprofissional é fundamental para que a inclusão seja efetivada no ambiente escolar, considerando-se a diversidade de alunos e garantindo que, suas especificidades sejam respeitadas, em vista da promoção da aprendizagem. Silva (2016) ressalta que fornecer oportunidades de aprendizagem diversificadas para os alunos é implicar na melhoria das condições de ensino dentro das suas possibilidades, as parcerias colaborativas mostram-se essenciais, embora as maiores dificuldades na implantação dessas parcerias se concentrem na exigência do trabalho colaborativo que se coloca contrário a forte valorização do serviço direto prestado ao aluno.

4.2. A docência no contexto da pandemia a partir da experiência pedagógica

Para compreender um pouco mais sobre a percepção de cada docente durante o ensino remoto emergencial, abordei na entrevista semi-estruturada uma questão de cunho livre, para que cada uma pudesse destacar algum fato sobre a sua própria experiência durante o ensino remoto emergencial, abaixo, segue os relatos de cada professora sobre o questionamento:

O ensino remoto foi muito difícil, e na época além de eu estar aqui na Educação Especial eu também trabalhava com uma turma de Educação Infantil, então foi fazer com limão uma limonada gigante, entendeu? Então acho que foi uma baita experiência, mas eu acho que a gente é aquilo que eu disse, A gente não tinha preparo para isso, não sabia nem como fazer, a gente fez com que a gente podia. Acho que no fim até que deu certo. De alguma forma. (Professora A)

Porque eles aprenderam a ter um pouco mais de autonomia e conseguir dizer o que queriam, buscar o que queriam, isso foi uma avaliação nossa e das famílias, tá? Então acho que isso é uma aprendizagem junto. A gente se coloca numa zona de conforto e ali a gente não aprende nada. [...] E saber que a gente era capaz né? Porque sem nenhuma estrutura, a gente trabalha com público esse público não tinha internet muitas vezes esse público não

tinha recurso nenhum e a gente conseguiu fazer um trabalho e oferecer alguma coisa pra eles com pouco que se tinha. (Professora B)

A gente se revisitar como profissional, da gente repensar as nossas práticas, de ter um olhar diferente para essa constituição familiar. (Professora C)

Eu acho que a gente buscou muito isso, novas possibilidades de pesquisa, de atendimentos, cursos, de se aperfeiçoar para que a gente pudesse aceitar toda essa transformação. É o nosso trabalho que tem que ser feito todo, que tem que ser reorganizado, que tem que ser revisto, que tem que ser transformado, né? Pra uma coisa melhor pra nós como pessoa e profissional e para o outro que tá aqui, né? O outro sujeito que tá aqui dentro, um sujeito enquanto ele não é o indivíduo, ele é uma família inteira que vem pra dentro da sala de aula. Isso a gente viu muito, né? No momento que a gente tava ali, é um sujeito que veio com uma família inteira aqui dentro que muitas coisas que ele traz pra nós não é dele, é lá da família. Então no momento que a gente está acolhendo aquela família, a gente dá um suporte pra ela. Acho que esse foi o principal aprendizado. (Professora D)

Na pesquisa desenvolvida, as professoras relatam a falta de um preparo para o enfrentamento do ensino remoto emergencial é um processo reflexivo acerca do papel do docente em contextos de excepcionalidade. O vínculo dos estudantes com a escola foi mantido pelos docentes e não teria êxito sem uma atuação permanente, atenta e cuidadosa. Assim, destaca-se que a profissionalização dos professores é um fator decisivo da produção do modelo escolar. (ALVIM; NÓVOA 2022). Frases como “Nosso trabalho que tem que ser feito todo, que tem que ser reorganizado, tem que ser revisto, que tem que ser transformado.” “novas possibilidades de pesquisa. de atendimento, cursos, e de se aperfeiçoar para que a gente pudesse aceitar toda essa transformação.” “Falta de preparo, mas no fim deu tudo certo.” retratam a invisibilidade da atuação docente frente a uma situação emergencial. Segundo Kraemer *et al* (2022) a educação tem sido convocada a dar respostas rápidas, e os professores são solicitados a desenvolver estratégias pedagógicas para efetivar as atribuições educacionais previstas para os anos letivos de 2020 e de 2021.

Nesse contexto, verifica-se que o investimento na formação continuada é fundamental para o desenvolvimento das práticas pedagógicas efetivas em um contexto de ensino remoto emergencial. Para os autores Alvim e Nóvoa (2022) esta construção pedagógica requer professores envolvidos em um trabalho em equipe e em uma reflexão conjunta, o que pelo investimento na formação continuada corrobora com um processo de metamorfose da escola, pois,

No meio de muitas dúvidas e hesitações, há uma certeza que orienta: a metamorfose da escola acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho, para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados pelo fim do modelo escolar. A formação continuada não deve dispensar nenhum contributo que venha de fora, sobretudo o apoio dos universitários e dos grupos de pesquisa, mas é no lugar da escola que ela se define, se enriquece e, assim, pode cumprir o seu papel no desenvolvimento profissional dos professores. (ALVIM; NÓVOA, 2022, p. 68).

Portanto, o ensino remoto emergencial viabilizou a criação de ferramentas e ambientes de aprendizagem que mobilizaram outros processos na prática pedagógica com alunos com deficiência. Para além dos desafios, o ensino remoto emergencial, fomentou investimentos na formação continuada, a experimentação pedagógica, novas práticas e movimentos. Isso tem importantes implicações no desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2020, a pandemia mundial de Coronavírus fez com que a sociedade tivesse que se modificar e adaptar-se a uma nova realidade pela restrição de contatos sociais. Juntamente com a emergência sanitária, houveram significativos impactos para diversos setores sociais, entre eles, a educação. A quarentena enquanto medida sanitária de isolamento social, inicialmente prevista para quinze dias, passou a ser estendida por aproximadamente dois anos e produziu importantes efeitos sociais. A partir das medidas sanitárias para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, foram instituídos decretos nacionais, estaduais e municipais que estabeleciam a necessidade de restrição social e com isso, o fechamento de instituições escolares.

Com a necessidade do isolamento social, as instituições escolares públicas e privadas tiveram suas atividades educacionais suspensas. Na cidade de Porto Alegre, com o intuito de garantir o direito de aprendizagem de milhares de alunos da rede pública de ensino, a Prefeitura Municipal instituiu regulamentos em vista do desenvolvimento do ensino remoto emergencial no município. A reinvenção e adaptação foram os aliados dos professores ao novo modelo de ensino denominado ensino remoto emergencial. Com essa estrutura de ensino, a demanda educacional fez com que os professores necessitassem dar conta da continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, mesmo em condições de saúde pública e de economia nacional complexa.

Diante desse cenário, a presente pesquisa buscou compreender os desafios do ensino remoto emergencial (ERE) no desenvolvimento dos alunos com deficiência. O estudo foi desenvolvido a partir do seguinte problema de pesquisa: quais os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência? Em vista do problema de pesquisa, organizou-se o seguinte objetivo geral, analisar e compreender os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência, que foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) Analisar a constituição do ensino remoto emergencial na educação de alunos com deficiência; b) Discutir com as professoras os desafios do ensino remoto emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Para buscar responder o problema de pesquisa, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizando como instrumento a entrevista semi-estruturada. Participaram da pesquisa professores, do gênero feminino, que atuam no Ensino Fundamental em uma Escola Especial da rede Municipal de ensino no município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Destaca-se que a pesquisa qualitativa possibilita traçar um panorama das experiências vivenciadas pelas docentes durante o Ensino Remoto Emergencial. Em específico, elas destacaram as complexidades de conexão e de interação social no cotidiano das práticas pedagógicas durante o período pandêmico.

As entrevistadas destacam pontos importantes nas suas vivências escolares e pedagógicas com alunos com deficiência no ensino remoto emergencial, entre eles: 1) O uso das tecnologias como facilitador: os docentes foram desafiados a exercer o seu trabalho de forma remota e utilizando recursos tecnológicos variados. Como a falta de acesso igualitário à rede de internet por parte dos alunos, considerando-se a lógica de um sistema de desigualdades múltiplas, muitos estudantes, durante o ensino remoto emergencial, ficaram impossibilitados de receber materiais pedagógicos, de participar das atividades práticas previstas, entre outros aspectos. Assim, a transição para o ensino remoto emergencial, considerando-se o contexto de desigualdades múltiplas, pode limitar as condições e as possibilidades que englobam as experiências de aprendizagem por parte dos estudantes. 2) Outro ponto é o aspecto vínculo pedagógico: devido ao distanciamento físico que o momento pandêmico impôs, os professores necessitaram adaptar as estratégias de ensino para atender às distintas necessidades individuais e familiares durante o ensino remoto emergencial, para isso, a contribuição das chamadas de vídeo para a visualização das professoras e a manutenção do vínculo pedagógico. Isso requer uma conexão entre alunos e professores e necessitou ser ressignificada durante o ensino remoto emergencial. Também destacou-se a relação das professoras com a família, como fundamental para a educação e o auxílio das professoras no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos com deficiência no ensino remoto emergencial.

A formação continuada de docentes é um aspecto presente nas análises das respostas das entrevistadas. O investimento na formação continuada no período pandêmico pode contribuir no aperfeiçoamento da prática pedagógica e isso implica a disponibilização de recursos, ferramentas e ambientes propícios para uma ação

docente qualificada. Esse movimento pode contribuir com a proposição de experiências pedagógicas que favorecem e enriquecem o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos com deficiência durante o ensino remoto emergencial.

Certamente o ensino remoto emergencial não foi um processo tranquilo, porém foi a possibilidade de manter as atividades pedagógicas e o vínculo com a escola em um contexto de pandemia. Quando estamos na sala de aula seguimos um planejamento e temos determinado cada etapa do desenvolvimento que queremos que o aluno desenvolva. Como não foi possível realizar essas atividades de forma presencial, não significa que, por modo remoto, o aluno não tenha desenvolvido outras habilidades dentro da sua casa. Acredito que as habilidades que os alunos já haviam desenvolvido dentro da escola ficaram evidentes para as famílias durante o convívio mais intenso da pandemia.

A presente pesquisa contribuiu em algumas questões na minha formação e que me acompanham na vida profissional, entre elas, a compreensão de que nós professores não somos apenas transmissores de saberes, mas muito mais do que isso. Na docência constituímos e mobilizamos opiniões, afetos, responsabilidade e reinventamos formas de ser e de estar no mundo. A realização desta pesquisa me mostrou que a reinvenção é parte da prática docente, mas para isso, necessitamos de um compromisso ético conosco e com aqueles com quem atuamos.

A pesquisa me mostrou que o medo do desconhecido nunca impedirá de acreditar nas possibilidades e nunca desacreditar na educação pública de qualidade. Por mais que seja difícil, a luta por uma educação igualitária e de qualidade para todos os estudantes sempre esteve presente durante o ensino remoto emergencial pelas professoras. Somos nós, educadores, que ajudamos a garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade, independente de suas origens, seja ela econômica, étnica, gênero ou habilidades. Ciente da importância do espaço físico da escola para muitas famílias, as múltiplas aprendizagens e desenvolvimentos produzidos entre os pares, entendo que a escola cumpre uma função social relevante. Esta foi a significação política da escola produzida a partir do estudo dos desafios do ensino remoto emergencial. Desejo que outras possibilidades possam ser pensadas no decurso de minha trajetória profissional.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões**. 2009.- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BITTENCOURT, P. A. S.; ALBINO, J. P. **O uso das tecnologias digitais na educação do século XXI**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, p. 205–214, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n1.9433. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9433>. Acesso em: 2 ago. 2023

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC/Consed/Undime, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL, **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 7 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL, **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União, 7 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Lei nº. 12.855**, de 19 de maio de 2020. Dispõe sobre medidas excepcionais para garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem no âmbito das instituições de ensino da rede pública municipal, durante o período de suspensão das aulas presenciais, em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Decreto nº 20.625**, de 20 de março de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus), no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Alegre, e dá outras providências.

Capucha, Luís. **"Inovação e justiça social: políticas activas para a inclusão educativa"**. Instituto universitário de Lisboa. 2010. Lisboa, Portugal. 2010 disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2435>.

CARVALHO, Jilda Evangelista do Nascimento. SOUZA, Jose Batista de. CARVALHO, Tainah dos Santos. **Educação Inclusiva e Ensino Remoto: Uma**

Experiência na Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Educação Inclusiva e Educação Especial, vol. XV. n2. set. 2021.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Educar, Curitiba n. 24, p. 213-225. 2004. Editora UFPR.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** ed 2. São Paulo. artmed. 2007.

Gladcheff, Ana Paula. **"Intencionalidade pedagógica como elemento fundamental para organização do ensino."** *Anais... IV Encontro de Educação Matemática nos anos iniciais e III Colóquio de Práticas Letradas, São Carlos/São Paulo: EEMAI* (2016).

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n. 2, p.57-63,1995.

GOMES, Tatiane Dias. **Alunos de inclusão no Ensino Remoto: Na percepção dos professores de uma escola referência em Educação Inclusiva.** UFRGS, 2022

KOHAN, W. O. . **Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica.** Práxis Educativa, [S. l.], v. 15, p. 1–9, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.16212.067. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16212>. Acesso em: 29 jun. 2023.

KRAEMER, G. M.; LOPES, L. B. .; GIORDANI, L. F. . **Educação de sujeitos escolares em contexto de isolamento social: princípio político da escola e da docência.** Horizontes, [S. l.], v. 40, n. 1, p. e022050, 2022. DOI: 10.24933/horizontes.v40i1.1456. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1456>. Acesso em: 23 ago. 2023.

LIMA, Valderéz Marina do Rosário. Acesso e permanência dos alunos na modalidade de Ensino Remoto Emergencial no contexto da pandemia de COVID-10. Revista Educação em **Foco**, v. 12, n.1, p. 59-78, jan/jun. 2020

LIMA , M. do S. N. O. F. .; SILVA, C. M. L. . **Prática docente de alunos com deficiências no ensino remoto.** Ensino em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6621>. Acesso em: 5 set. 2023.

MORGADO, J. C. .; SOUSA, J. .; PACHECO, J. A. . **Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular.** Práxis Educativa, [S. l.], v. 15, p. 1–10, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.16197.062. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16197>. Acesso em: 13 maio. 2023.

NIEHUES, J. R.; NIEHUES, M. R. **Educação Inclusiva de Crianças com Deficiência Física: Importância da Fisioterapia no Ambiente Escolar.** Revista Neurociências, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 113–120, 2014. DOI: 10.34024/rnc.2014.v22.8122. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8122>. Acesso em: 6 ago. 2023.

NÓVOA, Antônio. **Escolas e professores proteger, transformar, valorizar/** Antônio Nóvoa, colaboração Yara Alvim. - Salvador: SEC/IAT, 2022. 116p.

NUNES, Júlia Machado. Ensino remoto emergencial e transtorno do espectro autista: Uma análise sobre lives realizadas durante a pandemia de COVID-19. Repositório UFRGS

Pastoriza, Bruno dos Santos. **"Ensaio sobre intencionalidade pedagógica e tradição: um tensionamento como princípio educativo."** *Acta Scientiarum. Education* 44 (2022).

Rio Grande do Sul. **Decreto nº 55.465.** Estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19). Rio Grande do Sul (Estado). 5 de maio de 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/202009/08105941-decreto-55465.pdf>.

SANTOS, Cleonice Ceciliano da Rocha. **A influência do vínculo afetivo na prática pedagógica da educação especial.** 2014. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. Portaria nº 7, de 17 de abril de 2020. Estabelece as orientações para a realização das atividades remotas nas instituições de ensino da rede pública municipal de Porto Alegre, durante o período de suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia do COVID-19.

SHIMAZAKI, E. M.; MENEGASSI, R. J. .; FELLINI, D. G. N. **Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia.** *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 15, p. 1–17, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15476.071. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15476>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SILVA, Gustavo Alves da. Ensino Remoto Emergencial: uma análise crítica à luz da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Revista de Direito Educacional*, v. 1, n.2, p. 211-225, jul./dez. 2020.

SILVA, Linda Carter Souza. O ensino inclusivo no contexto do ensino remoto: Um estudo de caso. Repositório UFRN, 2020.

SILVA, MÁRCIA ALTINA BONFÁ DA. **A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à educação inclusiva.** São Carlos - SP, 2016. UFSCAR.

Simielli, Lara Elena Ramos: **Equidade educacional no Brasil: análise das oportunidades educacionais em 2001 e 2011,** São Paulo, 2015.

SOUZA, F. F. de; DAINEZ, D. . **Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial.** *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 15, p. 1–15, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.16303.093. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16303>. Acesso em: 13 maio. 2023.

APÊNDICE I
CARTA-CONVITE ENCAMINHADA AOS SUJEITOS DA PESQUISA

Prezado/a

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “Os efeitos do Ensino Remoto Emergencial para o desenvolvimento de alunos com deficiência” desenvolvida por Renata Santos Bourscheidt, aluna do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e orientada pela profa. Dra. Graciele Marjana Kraemer, professora do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEE/FACED/UFRGS).

Neste momento, uma das atividades elaboradas pela pesquisadora é a construção do corpus empírico para o desenvolvimento da referida pesquisa. Esse convite tem por objetivo a produção de narrativas de docentes sobre os efeitos do ensino remoto emergencial no desenvolvimento de alunos com deficiência.

Sua participação na pesquisa contribuirá para a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), artigos científicos e demais produções sobre o tema que serão divulgados em periódicos e eventos de pesquisa na área da Educação.

Assume-se o compromisso de realizar uma devolutiva aos participantes quanto aos resultados e ao produto desenvolvido. Segue em anexo via na íntegra do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde constam os contatos para eventuais dúvidas e esclarecimentos que sejam necessários.

tenciosamente

Graciele Marjana Kraemer

Professora do DEE/FACED/UFRGS

Renata Santos Bourscheidt

Estudante Curso de Pedagogia

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (Sra.) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Os efeitos do Ensino Remoto Emergencial para o desenvolvimento de alunos com deficiência" desenvolvida por Renata Santos Bourscheidt, aluna do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e orientado pela profa. Dra. Graciele Marjana Kraemer, professora do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEE/FACED/UFRGS). Esta pesquisa possui como questão norteadora a produção de narrativas de docentes sobre o desenvolvimento dos alunos com deficiência durante o Ensino Remoto Emergencial. Para isso, propõe-se no estudo analisar a constituição do Ensino Remoto Emergencial na educação de alunos com deficiência e discutir com a professora os efeitos do Ensino Remoto Emergencial no desenvolvimento dos alunos com deficiência..

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra da pesquisadora responsável pela pesquisa.

1. Sua participação nesta pesquisa ocorrerá de forma anônima, caso deseje, e voluntária, por meio da realização de uma ou mais entrevista(s). A necessidade de agendamento de outras entrevistas será combinada e ocorrerá se você tiver interesse.
2. As datas, local(is) e horários específicos, de cada encontro, serão combinados entre a pesquisadora e o/a entrevistado/a, previamente, por e-mail e contato via

whatsapp, conforme interesse e disponibilidade do/a entrevistado/a. A entrevista terá duração de, no máximo, 2h (duas horas), sem tempo mínimo pré-estabelecido.

3. Nosso(s) encontro(s) será gravado em formato de áudio, para uma qualificada análise das narrativas dos/as participantes, pela pesquisadora, posteriormente.
4. Seu nome, enquanto participante, será mantido em sigilo, assegurando assim sua privacidade. Considerando o desenvolvimento da pesquisa de cunho histórico, se desejar, poderemos utilizar seu nome verdadeiro.
5. Se desejar, você terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da sua participação. De qualquer modo, você receberá uma devolutiva dos resultados assim que finalizada a pesquisa e será informado/a das produções decorrentes da(s) entrevista(s), tais como: apresentações públicas em eventos, palestras, periódicos e demais formas de publicização da mesma.
6. Salieta-se que esta pesquisa pode apresentar como riscos a indisposição e o cansaço, que o participante pode sentir durante a realização das entrevistas, bem como certo desconforto em deixar, o mais evidente possível, seu posicionamento frente a algumas situações que podem surgir durante estes encontros. Sendo assim, você poderá solicitar, a qualquer momento, a retirada de sua participação na pesquisa, não havendo nenhum tipo de penalidade, caso seja esta sua escolha. Deste modo, caso seu consentimento seja retirado, o pesquisador não poderá mais utilizar seus dados para análise posterior. Ainda, você tem o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação.
7. Tais riscos serão resolvidos/amenizados com encaminhamentos que garantam cuidados e respeito de acordo com a manifestação do respondente, as quais serão utilizadas apenas para fins científicos; explicações necessárias para responder as questões e garantir a guarda adequada das informações coletadas; respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes; e garantia de local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras.

8. Esta pesquisa traz como benefícios diretos aos seus participantes um espaço para reflexão sobre o processo de constituição da sua própria docência na educação de alunos com deficiência. Como benefícios indiretos esta pesquisa destaca a oportunidade de analisar os processos de escolarização dos estudantes com deficiência em um contexto de Ensino Remoto Emergencial.
9. Você aceita participar, por vontade própria, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.
10. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os participantes poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.
11. Por fim, caso haja dúvidas ou consultas sobre o presente estudo ou caso considere que sua participação pode gerar algum prejuízo, por favor, comunique-se com o pesquisador responsável da pesquisa ou com o Comitê de Ética da UFRGS, por meio dos contatos:

Pesquisadora: Renata Santos Bourscheidt

Faculdade de Educação, prédio 12201

Av. Paulo Gama, 110 – Farroupilha

Porto Alegre - RS, 90046-900

Porto Alegre - RS, 90046-900

Telefone: (51)985698210

E-mail: renatabourscheidt98@gmail.com

Orientadora: Graciele Marjana Kraemer

Faculdade de Educação, prédio 12201

Av. Paulo Gama, 110 – Farroupilha

Porto Alegre - RS, 90046-900

Telefone: (51)998995595

E-mail: graciele.kraemer@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311

Prédio Anexo I da Reitoria

Campus Centro, Porto Alegre – RS

Telefone: +55 51 3308 3787

E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido as minhas dúvidas, eu _____, declaro para os devidos fins, que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa desenvolvida pela pesquisadora Renata Santos Bourscheidt, a fim de que sejam usados integralmente ou em partes, editados ou não, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso das referências em outras pesquisas e publicações, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autoria desta pesquisa.

Autorizo a utilização de meu nome: () Sim () Não

Em caso de anonimato, eu serei identificada com o nome de _____

Sobre a utilização de minha(s) imagem(s) e voz:

() Sim, autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz

() Não, não autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz

_____, _____ de _____ de 20____

Atesto recebimento de uma via assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Assinatura do/a participante da
pesquisa

Renata Santos Bourscheidt

Aluna do curso de
Pedagogia/FACED/UFRGS

Graciele Marjana Kraemer

Orientadora
Professora DEE/FACED/UFRGS

APÊNDICE III

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Formação acadêmica
- 4) Quanto tempo atua na Escola?
- 5) Quanto tempo atua na Educação Especial?
- 6) Atua em outra Instituição? Se sim, ela é pública ou privada?
- 7) Como é realizada a avaliação do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos na escola? E quais critérios são utilizados?
- 8) Comente um pouco sobre como você lembra dos seus alunos antes da pandemia.
- 9) Como se deu a comunicação com as famílias/estudantes durante o Ensino Remoto Emergencial?
- 10) Como as propostas pedagógicas eram encaminhadas e desenvolvidas junto com os alunos?
- 11) Existiu algum acompanhamento específico para o desenvolvimento dos alunos? Se sim, como era realizado?
- 12) Como você observou o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência durante o Ensino Remoto Emergencial?

- 13) Você destaca algum aspecto específico que marcou a sua experiência pedagógica no Ensino Remoto Emergencial?
- 14) Na tua opinião, existe alguma dificuldade que os estudantes tenham desenvolvido durante o Ensino Remoto Emergencial?
- 15) Você considera que o Ensino Remoto Emergencial possibilitou outras aprendizagens para o desenvolvimento dos alunos com deficiência?
- 16) Como foi realizada a avaliação do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos durante o Ensino Remoto Emergencial? E quais critérios foram utilizados?
- 17) Quais critérios você estabeleceu para planejar e desenvolver atividades para o Ensino Remoto Emergencial?
- 18) Você gostaria de destacar algum aspecto que marcou a sua trajetória durante o Ensino Remoto Emergencial?